

Retrato Sombrio

O lançamento do Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, que inaugura a nova campanha do sociólogo Herbert de Souza contra o desemprego, o subemprego e as péssimas condições de trabalho no país, revela um quadro de miséria social contrastador. Ao entregar o calhamaço de 206 páginas a Betinho, o presidente do IBGE, Sílvio Minciotti, chegou a dizer quẽ estava envergonhado de divulgar aqueles tristes dados à nação brasileira.

Cerca de 20 milhões de brasileiros estão desempregados ou recebem menos que um salário mínimo por mês ou não recebem nada em troca do que fazem. Estes 20 milhões de desocupados e trabalhadores projetam algo entre 70 a 80 milhões de pobres, dos quais uma boa parcela vive na mais completa indigência.

O mercado de trabalho brasileiro é injusto, perverso e distorcido: 44 milhões (71%) dos que nele trabalham ganham menos de cinco salários mínimos e apenas 5,2 milhões (8,4%) ganham mais de dez. Os 10% mais ricos do país concentram 48,1% da renda nacional. Os 10% mais pobres ficam com meros 0,8%.

Os dados relativos à Previdência Social são assustadores: 49,9% do total das pessoas que trabalham no país não contribuem para a Previdência. Somados aos milhões de desempregados e aos 82 milhões de não ativos (idosos, crianças e inválidos) explicam o formidável déficit previdenciário no país.

A situação é sempre mais trágica nos estados do Nordeste: 82,9% da população ocupada no Maranhão não contribuem com a Previdência. Cerca de 37% dos trabalhadores em Fortaleza o fazem sem carteira assinada. No Piauí, 23,3% dos trabalhadores não são remunerados e a remuneração média situa-se em torno de 1,6 salários mínimos.

As distorções regionais devemos acrescentar as etárias, raciais e por sexo. O homem ganha mais do que a mulher, o branco ganha mais do que o negro ou pardo, a branca ganha mais do que a negra ou parda. Se um branco em Brasília ganha em média 12,2 salários mínimos, a mulher negra ou parda no Maranhão ou no Piauí recebe em média 0,9 do salário-mínimo.

A lei proíbe, mas 14,2% das crianças brasileiras entre 10 e 13 anos de idade estão no mercado de trabalho. A mão de obra infantil chega perto de 2 milhões — um pouco menos do que a população da Jamaica. A maioria esmagadora delas está no Nor-

deste e ocupada na lavoura. A violência contra a criança é um dos dados mais sombrios da sociedade brasileira.

Esses números acabrunhantes compõem um libelo terrível contra a imprevidência histórica do Brasil nos campos da educação e da saúde. Se a campanha da fome, em 1993, tentou despertar a sociedade para a solidariedade, eles servirão este ano para Betinho mobilizar o país na luta do trabalho contra a miséria.

Mas para transformar esse Brasil desamparado, que desconhece os pressupostos mínimos para o exercício condigno da cidadania, não basta propugnar o redirecionamento dos gastos públicos. É preciso sair da recessão e do descontrole inflacionário e melhorar — em vez de aumentar — a participação do Estado na economia.

É simplesmente falsa a assimilação da função social à propriedade pública, em contradição com a propriedade privada. A grande maioria dos países desenvolvidos e democráticos do mundo livrou-se da miséria, do analfabetismo e do desemprego sem abdicar do mercado e da democracia representativa. Por outro lado, coletivização forçada e a economia de comando mostraram-se impotentes para construir uma economia moderna e uma cidadania plena.

No Brasil de hoje, o inimigo prioritário, aquele que mais contribui para disseminar e perpetuar a miséria e o desemprego é a inflação, que incide com a máxima violência sobre os estratos mais desprotegidos da população. Em face de seus estragos, campanhas assistencialistas podem atenuar o sofrimento, mas não resolvem.

A constatação não deve servir de pretexto para o imobilismo, nem de racionalização para a manutenção deste *status quo* iníquo. Mas não há no momento nenhum político ou administrador responsável contrário à estabilização das finanças do Tesouro Nacional, condição fundamental para extirpar o descontrole inflacionário.

Sustentamos que a privatização tem um importante papel nesse processo: ela é mesmo complementar ao esforço de se tornar mais pública a coisa pública e mais justo o Estado. A capacidade do governo de efetuar programas em grande escala contra a miséria passa pelo saneamento do setor do Tesouro e por um melhor acesso da população às oportunidades sociais.